

PROGRAMA MULHERES MIL NO CAMPUS PORTO NACIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE TOCANTINS: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

The Thousand Women Program In The North Port campus Of The Federal Institute Of Tocantins: A Public Policy Of Educational, Professional And Technological Training

Lucas Braga da Silva, lucaslogistica19@gmail.com¹

Resumo: O Programa Mulheres Mil é uma realização do Governo Federal em parceria com as Instituições da Rede Federal de Ensino Superior. No Tocantins, o Programa é ofertado pelo Instituto Federal do Tocantins (IFTO) com o objetivo de promover a inclusão social de mulheres em estado de vulnerabilidade social por meio da educação. São ofertados cursos de formação inicial e continuada nas mais diversas áreas profissionais com vistas à inserção dessas mulheres no mercado de trabalho. O presente relato de experiência faz um breve histórico do referido Programa na Rede Federal apresentando suas políticas e diretrizes. A partir dessa perspectiva, relato minha experiência como professor de informática básica no curso de Reciclagem de Materiais, que foi parte do Programa Mulheres Mil no Campus Porto Nacional do Instituto Federal do Tocantins. Com base no resultado da experiência é possível apontar o Programa como uma ferramenta exitosa de inclusão social através do acesso à educação profissional e tecnológica, visando ao empoderamento dessas mulheres em vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil. Inclusão social. Aulas de informática básica.

Abstract: *The Thousand Women Program was an achievement of the Federal Government Net in partnership with the Higher Education Federal Institutes. In Tocantins, The Federal Institute of Tocantins (IFTO) offers the Program. Its focus is to promote women in social vulnerability stage through education. We offered initial and continuing training courses for the different professional areas in order to insert these women into the labor market. Through the present experience report I present a brief history on the Program in the Federal Net by presenting its policies and guidelines. From this perspective I relate my experience as a basic informatics teacher in the Materials Recycling course which is part of the Thousand Women Program at the Porto Nacional Campus of the Federal Institute of Tocantins. According to the experience result it is possible to highlight the Program as a social inclusion successful tool due to the socio vulnerable women's access to the professional and technological education, aiming to their empowerment.*

Keywords: *A Thousand Women Program. Social inclusion. Basic computer classes.*

¹ Graduando do curso de administração, Discente, Universidade Federal do Tocantins.

INTRODUÇÃO

No estado do Tocantins, o Programa Mulheres Mil foi instituído pelo projeto intitulado “Cidadania pela Arte”, desenvolvido e gerenciado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins *Campus* Palmas. O Programa Mulheres Mil iniciou suas ações com mulheres localizadas ou residentes no distrito de Taquaruçu, distante a trinta e dois quilômetros do centro da capital, Palmas.

O Programa Mulheres Mil, executado em sistema de cooperação entre os governos canadense e brasileiro, teve por objetivo promover a inclusão social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade, a fim de permitir a melhoria do seu potencial de mão de obra, bem como as suas vidas e de suas famílias. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

O principal objetivo do Programa Mulheres Mil é promover a inclusão social, digital e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidades, risco social e pessoal através da qualificação profissional, visando à melhoria da qualidade de vida das usuárias do programa e familiares.

O Programa Mulheres Mil foi instituído pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, e tem como principais diretrizes: a) possibilitar o acesso à educação; b) contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; c) promover a inclusão social; d) defender a igualdade de gênero; e, por fim, e) combater a violência contra a mulher. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

Em suma, como afirma a portaria, programas do tipo, podem promover a capacitação de mulheres, de modo que possam ser minimizados ou até mesmo extirpados a situação de vulnerabilidade

e riscos sociais. Assim, busca-se promover resgate da cidadania, autoestima, acesso ao mercado de trabalho, as políticas públicas e sociais. E o reconhecimento do seu papel na família e sociedade.

Com a metodologia Acesso, Permanência e Êxito, o Programa passou a ofertar cursos profissionalizantes às mulheres em situação de vulnerabilidade social. São cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária mínima de 160 horas que atende um público específico de mulheres, utilizando uma metodologia específica, que privilegia temas como direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros, buscando promover a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

A metodologia de acesso, permanência e êxito é baseada no reconhecimento dos saberes das mulheres com a oferta de cursos profissionalizantes às mulheres em situação de vulnerabilidade social. O uso dessa metodologia permite às instituições envolvidas conhecerem e se integrarem às populações e comunidades historicamente não atendidas pelas políticas públicas, possibilitando a promoção da igualdade de gênero e do desenvolvimento social e econômico sustentável (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

Assim, pode-se dizer que integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade.

O Programa Nacional Mulheres Mil é uma política pública que objetiva o rompimento do ciclo de desvalorização das mulheres por meio de formação educacional, profissional e tecnológica. Saravia (2006, p.28) define política pública como “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio

social ou introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. Pode-se então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). (SOUZA, 2006, p. 26).

De acordo com os autores políticas públicas buscam o equilíbrio social, de modo que ele seja extirpado, promovendo o bem estar da sociedade, bem como ações do Estado bem desenvolvidas e à sua execução em áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança.

Atos discriminatórios de todo tipo podem tornar o ser humano mais vulnerável, impactando diretamente no crescimento econômico de uma região. De maneira que, quando ocorre o contrário e há aumento de oportunidades iguais, não apenas a sociedade se torna mais justa e mais inclusiva, como também auxilia no processo de desenvolvimento geral de uma nação (SEN, 2010). Para tanto, os processos e estratégias de desenvolvimento e inclusão social encontram-se hoje indissociáveis das dinâmicas e políticas de informação, conhecimento, aprendizado e inovação.

Inclusão significa afiliação, combinação, compreensão, envolvimento, continência, circunvizinhança, ou seja, inclusão significa convidar aqueles que (de alguma forma) têm esperado para entrar e pedir-lhes para ajudar a desenhar novos sistemas que encorajem todas as pessoas a participar da completude de suas capacidades como companheiros e como membros, ou seja, incluir aquele que de alguma forma teve seus direitos perdidos ou por algum motivo não os exercem. (ARANHA, 2002).

Afirma o autor, que a inclusão social, deve promover a equidade das minorias sociais de modo que as diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais sejam extirpadas. A intolerância às minorias torna o ser humano vulnerável. Deste modo, quando ocorre o empoderamento das minorias, o convívio na sociedade torna-se menos intolerante.

Entende-se que um dos principais fatores responsáveis pelo agravamento da desigualdade social é o da desigualdade de gênero. Conforme afirma Reygadas (2004, pp. 9-10):

Gênero tem sido um dos fatores centrais na construção das desigualdades. São estruturadas distinções sociais e culturais entre homens e mulheres para converter as diferenças sexuais biológicas em hierarquias de poder, status e renda. A medição e avaliação de habilidades individuais quase sempre passa pelo crivo do gênero, bem como a distribuição dos encargos e benefícios derivados dessa avaliação.

O Programa possibilita que mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes dos Territórios da Cidadania, tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permita sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade.

No contexto das políticas públicas, destacam-se as sociais que, segundo Höfling (2001, pp. 31-32), “são formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social”. Logo, as políticas sociais podem ser entendidas como ações que determinam o padrão de proteção social implementado

pelo Estado por meio de benefícios sociais, com o objetivo de diminuir as desigualdades estruturais advindas do desenvolvimento socioeconômico.

“As ações do governo não podem ser vistas como atos isolados, mas, sim, devem estar coerentes com um projeto geral de mudança, onde a perspectiva de superação das desigualdades de gênero seja um dos seus componentes indispensáveis”. (GODINHO, 2004, p. 56). Entende-se que o Estado deve intervir em ações que busquem a qualidade de vida como um todo, e espera-se que desigualdades de gênero venham a ser superadas pela sociedade.

De acordo com Sen (2010, p. 249):

Trabalhar fora de casa e auferir uma renda independente tende a produzir um impacto claro sobre a melhora da posição social da mulher em sua casa e na sociedade. Sua contribuição para a prosperidade da família, nesse caso, é mais visível, e a mulher também ganha mais voz ativa, pois depende menos de outros. Além disso, com frequência o emprego fora de casa tem efeitos “educativos”, expondo a mulher ao mundo fora de sua casa, aumentando a eficácia de sua condição de agente. Analogamente, a instrução da mulher reforça sua condição de agente e tende a torná-la mais bem informada e qualificada. A propriedade de bens também pode tornar a mulher mais poderosa nas decisões familiares.

Trabalhar fora de casa e ter acesso a uma renda, de acordo com a autora, pode modificar a vida da mulher, visto que promove a autonomia econômica, funcionando como propulsor de desenvolvimento humano e social.

Nesse sentido, Esther Duflo (2012), ao comentar a relação do desenvolvimento com o empoderamento feminino, alega que há uma relação bidirecional entre o desenvolvimento econômico e o empoderamento das mulheres (DUFLO, 2012, p. 1.050). Segundo

Sen (2010), o processo de desenvolvimento é condicionado pela melhora da qualidade de vida e a garantia das liberdades individuais de sua população, ao passo que uma sociedade que restringe o usufruto dessas liberdades e despreza a capacidade das mulheres está fadada à estabilização ou ao declínio, pois é fundamental que a economia política desenvolvimentista de um país reconheça o grande alcance da condição de agente das mulheres.

Como afirma a autora, o desenvolvimento regional deve estar atrelado ao empoderamento das mulheres, visto que o desenvolvimento regional busca a qualidade de vida como um todo, respeitando as diferenças existentes na sociedade.

O trabalho teve por objetivo relatar a experiência como professor de Informática Básica do Curso de Reciclador de Materiais do Programa Mulheres Mil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins - Campus Porto Nacional.

AS AULAS DE INFORMÁTICA BÁSICA DO CURSO DE REICLADOR DE MATERIAIS

O reciclador de materiais atua no beneficiamento de materiais reaproveitados como matéria-prima para novos produtos. Participa da seleção, tratamento e reciclagem de materiais diversos como vidro, plástico, papel, metal e outros, observando as normas de saúde, segurança e de preservação ambiental.

O curso teve 200 horas de aula e teve como demandante a Secretária de Assistência Social e do Trabalho (SETAS). E o público-alvo foi constituído de mulheres beneficiárias titulares e dependentes dos programas federais de transferência de renda.

O curso objeto de estudo foi ofertado no primeiro semestre do ano de 2014, entre 24 de março a 26 de junho do mesmo ano, no turno noturno. A matriz curricular do curso era composta por disciplinas como: Ser Mulher, Leitura e Produção de Textos, Artesanato em Papel, Artesanato com Materiais Diversos, Inglês Básico, Informática Básica, Flores Artesanais, Economia Solidária, Educação Ambiental, Artesanato em Vidro, Mundo do Trabalho, Matemática Aplicada e Empreendedorismo.

Por fim, houve uma exposição e comercialização dos produtos confeccionados pelas alunas. Uma maneira de colocar em prática tudo o que elas aprenderam no decorrer das aulas e do curso.

Na atualidade, muitos recursos tecnológicos são usados como meio de pesquisa, razão pela qual o curso apresenta a disciplina Informática Básica na matriz curricular para ensinar as mulheres a conhecerem e aprenderem a manusear o computador que vai auxiliá-las na pesquisa sobre artesanato, meio ambiente e materiais que podem ser reutilizados e reciclados.

Este relato diz respeito a uma experiência que tive como professor de Informática Básica em um curso do Programa Mulheres Mil no *campus* Porto Nacional do Instituto Federal do Tocantins, intitulado Curso de Reciclador de Materiais.

Particpei da seleção para professor de Informática Básica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) *Campus* Porto Nacional, no primeiro semestre letivo do ano de 2014, onde fui selecionado para ministrar aulas no Programa Mulheres Mil (PMN).

A coordenação do programa entrou em contato, informando sobre uma visita ao *campus* do instituto, no intuito de repassar informações a respeito das aulas que iria

ministrar (informática básica). A princípio, iria ser professor do Programa Mulheres Mil (PMM), e, posteriormente, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Foi informado sobre a ementa da disciplina, composta dos seguintes conteúdos: Componentes Operacionais, Recursos do Windows, Internet (comunicação e pesquisa), Word (editor de texto), Excel (tabelas, planilhas e gráficos) e o Power point (criação e apresentação de slides).

As competências e habilidades que as alunas deveriam atingir, a saber, familiarizar a discente com noções e conceitos básicos em informática, desenvolver habilidades na utilização de software aplicativos e utilitários que possam ser utilizados como ferramentas de trabalho em sua vida profissional.

O curso Reciclador de Materiais trata-se de um curso de formação inicial e continuada. A disciplina de Informática Básica foi ministrada em 20 horas de aula, sendo distribuídas em 10 encontros de 2 horas cada, 9 deles foram realizados na segunda-feira e somente um na terça-feira. As aulas tiveram início no dia 07 de abril, finalizando no dia 19 de junho do mesmo ano.

Inicialmente estava muito apreensivo, pois iria iniciar uma aula de informática básica a um grupo de cerca de 40 mulheres, com idades que variavam entre 18 a 60 anos e, o nível de escolaridade também variava.

A metodologia dos cursos de formação inicial e continuada orientou-se pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e a Organização Didático-Pedagógica (ODP).

Para o desenvolvimento das aulas foi utilizada a reflexão sobre a ação e o desenvolvimento de competências profissionais, tais como exposições dialogadas com o auxílio de slides, atividades em subgrupos com apresentação em

plenária, apresentações e discussões de vídeos, pesquisas, discussões de casos, apresentações, seminários, aulas práticas em laboratório de informática, visitas técnicas e simulações de diversos procedimentos relativos à atuação profissional do reciclador de materiais.

O assunto da primeira aula foi um estudo relacionado a noções básicas sobre o uso do windows (inicializando e fechando o windows, utilizando o mouse, área de trabalho, desktop (ícones - atalhos), organização de Janelas (maximizar, minimizar, fechar, mover), windows explorer (conceito de pastas e arquivos, cópia e exclusão, lixeira), o menu iniciar, acertando relógio) e, no fim, pedi que cada uma fizesse um relato sobre o que achava da informática.

Feitas as correções, na aula seguinte entreguei os relatórios. Por fim fiz as considerações. Por meio desse relato e da aula inicial, percebi que o grande desafio do “professor” era ensinar informática básica de modo que algumas alunas não se sentissem excluídas por saberem menos ou até mesmo não saber. Houve alunas que nunca haviam manuseado um computador. Não sabiam ao menos manusear o mouse. Nem ligar o computador.

Para essa disciplina, não houve monitor para auxiliar o professor. Dessa forma, o ambiente (sala de aula) teria que ser o mais agradável possível para que elas se sentissem bem. Foi trabalhado o espírito de equipe, onde foi possível promover a interação entre aluno, professor e colegas. De modo que perguntassem e tirassem suas dúvidas sem receio.

A turma era muito unida, o que facilitou o andamento das aulas, visto que, além do professor, as colegas sempre tiravam dúvidas umas das outras nas aulas práticas. Assim, elas se sentiam valorizadas por estarem

aprendendo. E sem se sentir menor do que a outra. Mas capaz de aprender como as demais.

As aulas de informática básica contribuíram significativamente para inclusão social delas. A união das alunas proporcionou um ambiente em que elas se sentiam bem. Então, sempre que tinham dúvidas, não tinham receio de perguntar ao professor ou colegas pelo fato de estarem aprendendo.

Cada aula que se passava não era apenas mais um encontro de duas horas de aula, mas um ambiente em que todos aprendiam independentemente da idade ou do conhecimento. O programa atendeu até alunas graduadas que nunca faltaram com o respeito com nenhuma das colegas.

É importante o aluno se sentir bem com o ambiente em que está inserido, visto que esse ambiente pode promover a inclusão social deles por meio da educação.

Na última aula, esse conceito de que não sabia foi mudado. As alunas já sabiam os conceitos básicos da informática e como aplicá-los no seu cotidiano.

Buscou-se, com as aulas de informática básica, contribuir para inclusão digital dessas mulheres, de modo que apliquem os conhecimentos da área de informática com praticidade. Inseridas nesse mundo digital, há a facilidade de ingressarem no mundo do trabalho.

Foi muito produtivo trabalhar com essas alunas que sentiam prazer a cada aula e se dedicavam e deliciavam com novos conhecimentos. Também foi muito emocionante ver o sorriso ao manusear pela primeira vez um computador, de se sentir valorizada enquanto pessoa, ser capaz de novas descobertas e, principalmente, sentir-se viva para o mercado de trabalho, diferente ao que estavam acostumadas.



Ilustração 1: Aula inicial do programa com entrega de material didático as alunas.
Fonte: O Autor, 2014.



Ilustração 2: Visita Técnica com a Supervisora do Curso de Reciclador de Materiais e a Coordenadora do Programa Mulheres Mil.
Fonte: O Autor, 2014.

Uma experiência da qual gostei muito, que nos conduz a se apaixonar ainda mais pela missão de ensinar. Mesmo que em parcela mínima, foi muito gratificante poder ter contribuído para a formação dessas mulheres.

A imagem retrata um momento de apresentação da coordenadora as discentes do programa.

A figura mostra as alunas que fizeram parte do programa e do curso de reciclador em visita técnica realizada ao palácio do governo do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse relato de experiência, pode-se concluir que o Programa Mulheres Mil foi uma ferramenta muito importante para essas mulheres em vulnerabilidade social.

As aulas proporcionavam um ambiente em que aprendiam conteúdos que seriam muito proveitosos para serem utilizados no futuro.

O Curso Reciclador de Materiais formou profissionais com competências e habilidades no ramo de artesanatos feitos com materiais recicláveis para atuarem no mercado de trabalho não só como empregadas, mas também como empreendedoras.

O domínio dos conhecimentos e habilidades acerca da informática básica foi essencial nesse processo, na medida em que permitiu que as alunas pudessem acessar *sites* da *internet* e buscassem novas formas de produzir o artesanato.

O acesso ao mundo digital proporcionou a elas uma visão de mundo diferente, além do empoderamento: “eu posso, eu consigo”.

O público-alvo do programa não conheceu somente instruções e práticas de aula de informática, mas encontrou meios para ajudar a transformar a cultura de que mulher é somente para procriação de filhos e trabalho doméstico. Neste sentido, as mulheres demonstraram desenvoltura no aprendizado, na valorização da cultura afro-brasileira, no vínculo de amizades e no conhecimento de políticas públicas para mulheres.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. *Temas em Psicologias*, v. 2, p. 63-70, 2002.
- DUFLO, Esther. Women Empowerment and Economic Development. *Journal of Economic Literature* 2012, 50(4), 1051–1079.
- GODINHO, Tatau. Construir a Igualdade combatendo a discriminação. In: GODINHO, Tatau.; SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas e igualdade de gênero. *Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher*, 8 edição. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p.
- HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 21, n. 55, Nov. 2001.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.
- Ministério da Educação. Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito. Brasília: Setec, 2011.
- Ministério da Educação. Cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria - Mulheres Mil. Brasília: MEC, 2012b.
- Ministério da Educação. Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Brasília: Setec, 2011a.
- REYGADAS, Luis. Las redes de la desigualdad: un enfoque multidimensional. *Polít. cult.*, México, n. 22, p. 7-25, 2004.
- SARAVIA, Enrique. O conceito de política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.) Políticas públicas: coletânea. v. 2. Brasília: ENAP, 2006.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Trad. Laura Teixeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVEIRA, S. A. Inclusão digital, software livre e globalização contrahegemônica, 2002.
- SILVEIRA, H. F. R. Um estudo do poder na sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000.
- SOARES, Vera. Práticas discriminatórias e segregação no mercado de trabalho. In: COSTA, Maria Luiza da; MELLEIRO, Waldeli. Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: experiências e desafios. São Paulo: Friedrich Ebert, 2010.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.